



ÁREA TEMÁTICA: “Identidades, Valores e Modos de Vida”

“Quem é o estudante brasileiro? Um estudo sobre os valores priorizados pelos universitários de Psicologia”

PEDRO-SILVA, Nelson

Doutor em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano

Universidade Estadual Paulista – UNESP

nelsonp1@terra.com.br

Resumo

Considerando que a psicologia moral refere-se a valores inter e intrapessoais, realizou-se estudo sobre os valores preferidos pelos universitários. Foram inquiridos 148 sujeitos de Psicologia de uma universidade pública paulistana. Aplicou-se questionário, contendo questões, tais como: os valores que eles julgam serem prezados pela maioria dos universitários; o que eles mudariam e valorizam mais e menos neles próprios; do que tem mais medo e aspectos julgados necessários para serem felizes. Os resultados indicam que a maioria dos sujeitos prioriza valores privados e ligados à glória; não há discrepância em função do sexo; a maioria, independentemente da idade, opta por valores privados; conforme o poder aquisitivo é menor, aumenta o número de sujeitos que prioriza formas de glória, como prestígio econômico; as estudantes valorizam mais a amizade e a beleza. Conclui-se que os sujeitos estão mais preocupados com o Eu; aspecto contrário para o exercício da Psicologia (*preocupação com o outro*).

Palavras-chave: adolescentes; valores; estudantes universitários; psicologia da moralidade; virtudes





1. Introdução e justificativas

Parecem-nos uniforme as opiniões acerca do fato de que hoje se está vivendo num mundo em crise, principalmente no campo moral e ético. Os indivíduos estão cada vez mais se mostrando indiferentes no tocante às normas que visam garantir o convívio social, além de se sentirem, por exemplo, perdidos quanto ao seu futuro e o de suas crianças, por não saber mais como educá-los.

É nesse contexto que são necessários estudos psicológicos sobre a moral.

A moral sempre foi objeto de estudo de diversas áreas. Contudo, a maioria das pesquisas psicológicas acabou por se concentrar na análise do espírito jurídico em escolares.

Cremos que, ao lado deles, estudos sobre outros valores apreciados pelos indivíduos são importantes, pois podem contribuir para o entendimento desse ser; aspecto freqüentemente escondido em certos reducionismos sociológicos, como o de que a criminalidade é devido ao fato de o indivíduo viver em condições praticamente desumanas. Por essa razão, “não basta que a Sociologia explique a guerra; é também preciso explicar o guerreiro” (La Taille, 1994: 20).

Tais estudos, além disso, podem contribuir para a construção de uma filosofia moral, já que eles estão articulados a uma concepção de homem que se deseja formar e a uma sociedade em que se pretende viver.

Cabe sublinhar que não estamos defendendo a premissa de que ela deva estabelecer juízos de valor. Nesse aspecto, compartilhamos da visão de Lévy-Bruhl (1953), para o qual a ciência da moral deve ter como preocupação o *ser*; diferentemente da filosofia, que deve se preocupar com a dimensão do *dever ser*. Todavia, ao explicar o *ser*, é fato que a psicologia contribui para que se possa formular o *reto agir*.

Assim, não se pode desprezar o fato de que essas investigações podem ser de interesse para os educadores. Os conhecimentos produzidos sobre esses valores poderão servir de *organizadores prévios*, de tal maneira que o trabalho educativo do professor contribua para a produção de um aprendizado significativo, sobremaneira no campo ético. Com isso, além de auxiliar os alunos na produção de conhecimentos, os educadores buscarão fazer com que eles vejam sentido no processo de ensino-aprendizagem.

Isto posto, cabe dizer que o presente estudo é ainda importante por causa dos debates recentes acerca dos fatores diretores da moral.

Psicologicamente, a moral foi inicialmente estudada por Jean Piaget e depois enriquecida por pesquisas desenvolvidas por Lawrence Kohlberg.

Piaget, apesar de não ter se debruçado longamente no estudo da psicologia moral, produziu três estudos empíricos a respeito do tema, compelidos na obra *O juízo moral da criança* (1932), e alguns ensaios, notadamente sobre os fatores responsáveis pelo desenvolvimento moral (Piaget, 1973 e 1998).

Na primeira investigação, ele buscou compreender como as crianças jogavam e qual a consciência que tinham sobre a origem das regras e o seu caráter de mutabilidade. Embora os jogos não sejam morais, o respeito que se tem ao jogar é moral, além de que tal ação é interindividual e pressupõe o estabelecimento de contrato, semelhante à maneira como se organizam as sociedades democrático-cristãs. Na segunda investigação, buscou investigar como as crianças lidavam com dilemas eminentemente morais, que envolviam o desajeitamento material, o furto e, principalmente, a mentira. Por fim, no terceiro estudo, analisou a maneira como eles faziam uso da justiça.

Tais estudos o levaram a construir, entre outras, a seguinte conclusão: assim como a inteligência, a moral também se desenvolve qualitativamente. Isso faz com o indivíduo pense e pratique as regras morais de



maneira diferente de outras crianças localizadas em momentos diferentes do desenvolvimento. Assim, dependendo da quantidade e da qualidade das relações estabelecidas pela criança, elas podem construir uma moral heterônoma e até uma autônoma.

O importante a reter dessa forma de lidar com as regras é que o referido pesquisador defendeu pontos, como o de que o sujeito nem sempre terá uma conduta moral correspondente ao seu nível de desenvolvimento, já que outras variáveis também são decisivas, como os valores priorizados por ele.

Kohlberg, ao contrário de Piaget, concentrou-se no estudo de aspectos da moral de adolescentes e adultos, por ter observado, mediante estudos empíricos, que “a psicogênese da moralidade infantil não estava concluída aos 12-13 anos, como imaginava Piaget” (Freitag, 1992: 197).

Tal constatação o levou a reformular a teoria dos períodos e a elaborar nova metodologia de levantamento e de análise dos dados. Em decorrência, realizou estudos contendo dilemas morais, e elaborou nova tipologia acerca do desenvolvimento moral, dividida em três níveis, composto cada um de dois períodos.

Apesar da relevância dessas contribuições, outros estudiosos questionaram algumas conclusões a que eles chegaram e os fatores responsáveis pelos julgamentos e pelas condutas morais.

Gilligan (1993), por exemplo, afirma que o olhar kohlbergiano é “sexista” quanto ao gênero, a levando a defender a premissa de que a interpretação para o desenvolvimento modifica-se quando se incluem as narrativas femininas.

Com isso, a suspeita de que na moral não comparece apenas a *ética da justiça* como valor – e, portanto, não pode ser analisada somente a partir dessa perspectiva – ganhou mais sustentação, pois a inclusão da *ética do cuidado* pressupõe a redefinição do objeto de estudo da Psicologia Moral.

É amparado nessa suspeita que Flanagan (1991) tece também críticas a essa visão deontológica. Para ele, tais visões são limitadas, pois a resume a um conjunto de regras legisladoras das relações interpessoais; enfatiza o seu caráter racionalista; concebe o seu estudo apenas sob o prisma dos deveres e das obrigações presentes nessas relações, ou a sua limitação à análise do tema da justiça.

Tais críticas acabaram por redimensionar o próprio objeto da moral, baseado, até então, apenas na consideração alheia. Esse aspecto possibilitou a se voltar a pensar a moral numa perspectiva *eudemonista*. Em outros termos, tais questionamentos acabaram por levar, segundo La Taille (1998), à “ampliação dos fatores psicológicos a serem levados em conta na moralidade humana e também da ampliação do leque de temas morais a serem estudados”.

Uma das propostas desenvolvidas na presente pesquisa foi a de estudar os valores que as pessoas têm como excelências morais.

2. Referencial teórico

Quanto ao referencial teórico, utilizamos o da teoria dos valores sistematizada por La Taille (2002), construído a partir dos estudos empíricos e das reflexões sociológicas e filosóficas desenvolvidas por Piaget (1932), Taylor (1989) e Flanagan (1991).

Tal referencial compartilha da definição de que a moral refere-se a um conjunto de regras e valores que tem por objetivo regular as relações entre as pessoas, com a finalidade de garantir a harmonia social.

Apesar de válida essa definição, compartilhamos das mesmas preocupações de Taylor e Flanagan de que ela é incompleta. Para tais filósofos, a moral deve compreender, também, aspectos relacionados ao eu. Portanto, a concepção defendida no presente estudo a entende como relacionada a valores inter e intrapessoais.



Cabe enfatizar que isto não significa considerar certo conjunto de valores mais importante do que outro. Apenas, entende-se que não há possibilidade de concretização dos valores intrapessoais sem os interpessoais, isto é, sem a moral (*como se deve agir*), é inviável a ética (*como se deve ser*). Logo, a crítica refere-se ao *reducionismo* da moral ao campo das relações públicas, deixando de lado aspectos referentes à constituição de uma vida boa, que são mais afeitos à dimensão privada (ética).

Há, ainda, a influência de outras variáveis psicológicas que não só a razão – aliás, até mais decisivas – na determinação das condutas morais. Pensamos que não basta o indivíduo estar racionalmente convencido de que determinada ação é incompatível com a confiança mútua para que não a execute, como a de apropriar-se indevidamente de um bem alheio. Basta, apenas, uma pessoa autônoma passar a viver com indivíduos heterônomos para que aumente o grau de susceptibilidade à moral destes últimos.

Esse constitui mais um motivo para o estudo de outros valores, muitos até não morais – no sentido de não garantirem a interação social –, mas que para os seus praticantes têm esse caráter, na medida em que regulam as relações intra e interpessoais. Por exemplo, ser fiel a um traficante, não o delatando, é um ato condenável legal e moralmente. Para quem manteve o segredo, contudo, a atitude pode ser vista como uma ação perfeitamente moral na medida em que garante a harmonia na sua comunidade. É evidente que esta concepção é equivocada, pois ela coloca valores privados acima dos públicos. Todavia, é por meio dessa visão que a sua vida é vivida e reconhecida.

Aliados a isso, não se pode desprezar a força que tais valores têm na determinação das condutas morais. Vários estudos realizados com o propósito de investigar variáveis psíquicas que comandam o desenvolvimento moral demonstraram que a imagem feita de nós mesmos se constitui num valor a ser mantido, pois é visto como uma *imagem positiva de si*. Esse valor pode ser moral (por exemplo, honestidade) ou não-moral (beleza). A presença de um ou de outro é de vital importância para a constituição de um indivíduo moral, pois se os valores morais forem centrais para o sujeito ele poderá, por exemplo, sentir vergonha se cometer algum ato desonesto; ao passo que, se esse valor for periférico, esse sentimento só aparecerá quando ele, por exemplo, não se considerar inteligente ou não possuir o padrão de beleza almejado. Movimento semelhante pode ser pensado no interior do próprio campo moral: o indivíduo pode priorizar alguns valores muito mais do que outros. Assim, uma pessoa pode priorizar a lealdade em detrimento da doçura.

Considerando tais pressupostos, neste estudo, defendemos as seguintes teses: a vida moral não é guiada apenas por um princípio diretor; uma virtude não domina as demais, mas interagem entre si; são várias as virtudes relacionadas entre si, que podem ser *intra* ou *interpessoais*; os valores privados não são, em si, virtuosos, pois dependem do conteúdo e do contexto em que efetivamente são *postos à prova*.

Em resumo, a concepção moral que defendemos considera os valores privados, além dos referentes à esfera pública. Leva em conta que os privados são morais, desde que estejam subordinados aos públicos, pois são estes que, em última análise, possibilitam a existência social.

3. Proposição do problema e objetivos

Dados esses aspectos, realizamos **estudo sobre a natureza dos valores priorizados pelos estudantes universitários de Psicologia**, isto é, eles optam por valores mais afeitos à dimensão pública (valores morais), à privada (éticos) ou ligada à glória.

Procuramos, com tal análise, subsidiar a discussão acerca dos princípios que dirigem a moral; contribuir para a discussão acerca da natureza dos valores atualmente vigentes no Brasil e fornecer dados que divulguem aspectos da moral dos estudantes universitários, uma vez que são poucos os estudos existentes sobre a natureza dos valores priorizados por tal grupo de estudantes.



Segundo informações coletadas na base de dados eletrônicos *Dedalus* da USP, no Programa *Scielo* e no arquivo de teses da Capes, por meio dos unitermos “psicologia da moralidade”, “virtudes”, “valores morais” e “valores éticos”, encontramos alguns trabalhos, sendo que somente 30% deles referem-se ao estudo das virtudes. Os demais estão concentrados em aspectos relacionados à ética da justiça. Cabe-nos informar, ainda, que mesmo os poucos estudos sobre os valores tratam de verificar o peso de uma virtude em particular, como a da fidelidade e a da generosidade (SILVA, 2002b e LIMA, 2000); ou, dentre elas, qual(is) a(s) mais valorizada(s) por tal clientela.

4. Método

Preâmbulo. Empregamos parte do método de Piaget (1932), que tem a conversação como um dos seus itens. Nessas ocasiões, cabe assinalar, buscamos estar atentos às recomendações feitas por Piaget (1926/s.d.: 11): “saber observar, ou seja, deixar a criança [o adolescente] falar, não desviar nada, não esgotar nada e, ao mesmo tempo, saber buscar algo de preciso, ter a cada instante uma hipótese de trabalho, uma teoria, verdadeira ou falsa, para controlar”.

Os sujeitos. Serviram como informantes 148 universitários, de ambos os sexos, de variados credos religiosos e de condição econômica e nível cultural e matriculados no primeiro e no quinto ano de um curso de Psicologia de uma instituição localizada na região oeste do Estado de São Paulo, distribuídos da seguinte forma:

Quadro 1. Total de sujeitos entrevistados.

Ano de matrícula	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
1º ano	20	75	95
5º ano	19	34	53
Total	39	109	148

Escolhemos tais sujeitos por pesquisas feitas por Silva (1994) e Luzio (1989) terem demonstrado que tais escolares ingressam no curso de Psicologia movida, sobretudo, pela intenção de ajudar os próximos.

O instrumento. Empregamos um questionário, contendo seis indagações relativas a atributos pessoais, como idade, sexo e nível econômico dos entrevistados. Indagamos também sobre os valores prezados por eles, por meio do exame daquilo que eles acreditam que a maioria dos estudantes do seu nível de ensino valoriza mais e menos neles próprios; o que tais indivíduos fariam se tivesse condições financeiras para mudar a realidade; os valores que projetam para os seus filhos; o que mudariam neles próprios; qual conselho daria hoje para as crianças; do que eles têm mais medo e aspectos que julgam necessários – segundo a opinião dos próprios – para serem felizes.

Cabe informar que as alternativas foram compostas com atributos mais próximos dos valores públicos, outros dos privados e outros das formas de glória. Por exemplo, a questão um, foi estruturada assim:



1. Segundo sua opinião, quais são as pessoas que a maioria dos estudantes universitários **valoriza mais**?

As pessoas que são

O bonitas O famosas O ricas O justas O honestas O generosas

O amigas O inteligentes O sinceras O Outro aspecto:

O Não sei / Não tenho opinião.

Além disso, em todas as questões pedimos que os estudantes justificassem as respostas dadas. No caso dessa questão, por exemplo, inquirimos: “por que você acha que os estudantes universitários valorizam MAIS esse aspecto, assinalado por você?”

Fizemos isso em razão de a resposta mostrar-se insuficiente para se compreender o seu sentido. Como Piaget notou ao aplicar a prova de conservação de quantidades, durante a testagem do nosso instrumento, verificamos que o sujeito tinha respondido, por exemplo, que os estudantes valorizam mais as pessoas bonitas. Se tivéssemos encerrado o inquérito, teríamos interpretado a referida resposta como típica de um valor ligado à glória. Porém, ao indagarmos sobre as razões de os estudantes valorizarem mais esse aspecto, o sujeito nos respondeu: *como todo mundo só valoriza ser bonito, então os estudantes também valorizam isso, para assim conseguir emprego e poder ajudar as pessoas que mais precisam*. Vê-se, então, que a justificativa é necessária para se compreender o sentido da resposta, pois nesse caso a natureza dela é mais afeita à esfera pública.

No tocante à construção do questionário, o elaboramos a partir de estudos pilotos desenvolvidos por nós, durante o período de 2002 a 2006. Baseamo-nos ainda no instrumento *Avaliação do Plano Ético*, construído Harkot-de-La Taille & La Taille (2006), no questionário de Silva (2002a) e na escala formulada por Adorno (1950).

Quanto ao fato de buscarmos saber os valores priorizados por eles, por meio daquilo que eles julgavam ser mais importante para os universitários, baseamo-nos nas respostas dadas em estudo-piloto. Quando indagados acerca do que eles próprios mais valorizavam, as respostas eram visivelmente estereotipadas, calcadas no que eles consideravam politicamente correto do que naquilo que efetivamente pensavam. Exemplo: ao indagarmos sobre o que eles mais valorizavam em si próprios, acabavam por responder o esperado pelo *establishment*. Já quando se referiam aos demais estudantes atribuíam valores de outra natureza.

Tal resultado nos levou a decidir por colocá-los na posição de analistas. Ao ocupar esse lugar, partimos do pressuposto de que eles, ao emitirem opiniões sobre os seus pares, ao mesmo tempo, falariam deles. Baseamo-nos no fato de que quando emitimos parecer sobre determinado aspecto da realidade, a leitura é sempre feita, conforme Piaget (1959), a partir das nossas estruturas, pois buscamos compreender a realidade a partir do nosso ponto de vida (assimilação) e do dela (acomodação).

Foi por essa razão, cabe sublinhar, que inquirimos sobre o que eles julgavam que a maioria dos estudantes do seu nível de ensino valorizava mais, ao invés de perguntar-lhes acerca do que priorizavam mais em si mesmos.

O procedimento para a coleta dos dados. 1º - entramos em contato com os docentes, a fim de pedir autorização para procedermos à aplicação do questionário em sala de aula. Na oportunidade, explicamos os objetivos do estudo e informamos que a sua aplicação levaria 20 minutos; 2º - tendo os sujeitos concordados em participar, aplicamos o questionário e 3º - por fim, agradecemos a colaboração dos sujeitos.



O procedimento para a análise dos dados. Primeiramente fizemos uma leitura minuciosa das respostas dadas. Em seguida, criamos categorias que, ato contínuo, elas foram submetidas à apreciação de juízes (especialistas da área). Os resultados dessa tabulação foram, em alguns casos, recolocados em outra(s) categoria(s). Por fim, com os dados categorizados, montamos tabelas tomando por base os objetivos do estudo.

5. Discussão dos resultados

5.1 Natureza dos valores priorizados

Como se pode ver na Tabela 1, aproximadamente 65% das respostas informa que tanto os estudantes do 1º quanto do 5º ano priorizam fundamentalmente valores privados, como inteligência e amizade. Se considerarmos ainda os sujeitos que apontaram valores privados e ligados à glória (beleza, status social e financeiro), chega-se a quase 80,0% de respostas mais afeitas ao universo particular.

Tabela 1. Natureza dos valores apresentados pelos universitários do 1º e no 5º ano do curso de Psicologia de uma universidade pública, em função do ano letivo que estavam cursando.

Natureza dos valores	Ano de matrícula		Total
	1º ano	5º ano	
Maioria de valores públicos	-	-	-
Maioria de valores privados	26 (66,7)	66 (60,6)	92 (62,2)
Maioria de valores ligados à glória	02 (5,1)	11 (10,1)	13 (8,8)
Maioria de valores públicos e privados	-	03 (2,8)	03 (2,0)
Maioria de valores públicos e ligados à glória	-	01 (0,9)	01 (0,7)
Maioria de valores privados e ligados à glória	06 (15,4)	14 (12,8)	20 (13,5)
A maioria não sabe / não tem opinião formada	03 (7,7)	05 (4,6)	08 (5,4)
Outros	02 (5,1)	09 (8,3)	11 (7,4)
Total	39 (100,0)	109 (100,0)	148 (100)

Esse resultado oferece subsídios à tese que o curso universitário, mesmo sendo o de Psicologia, pouco contribui para a mudança da natureza dos valores priorizados por seus estudantes; não corroborando a idéia de que o ingresso no referido curso foi motivada por razões altruístas.



5.2 Natureza dos valores priorizados e o sexo

Observa-se na tabela 2 que não há discrepância em função do sexo, não permitindo que se possa extrair qualquer conclusão que subsidie a idéia de certa dependência entre a natureza dos valores priorizados e o sexo dos sujeitos.

Tabela 2. Natureza dos valores apresentados pelos universitários do 1º e no 5º ano do curso de Psicologia de uma universidade pública, em função do sexo.

Natureza dos valores	Sexo	
	Masculino	Feminino
Maioria de valores públicos	-	-
Maioria de valores privados	26 (76,5)	66 (69,5)
Maioria de valores ligados à glória	02 (5,9)	11 (11,6)
Maioria de valores públicos e privados	-	03 (3,2)
Maioria de valores públicos e ligados à glória	-	01 (1,0)
Maioria de valores privados e ligados à glória	06 (17,6)	14 (14,7)
Total	34 (100)	95 (100)

A presente investigação, nesse sentido, não corroborou as conclusões obtidas por Gilligan (1993) acerca da existência de dois olhares sobre as questões morais, um masculino e outro feminino.

Isso não significa que concordemos com a inexistência de diferença em função do sexo. Para tal seria necessário o desenvolvimento de mais estudos e com um número equivalente de sujeitos. De qualquer maneira, tal resultado reforça os obtidos por Silva (2002a) sobre a não comprovação da relação entre valores e sexo.

Cabe dizer, ainda, que a discussão sobre gêneros tem suplantado as análises feitas por sexo. Afinal, se pode ter alguém do sexo masculino e com uma subjetividade com características consideradas típicas do universo feminino, como a sensibilidade. Esse fator é mais patente no curso de Psicologia, pois os sujeitos do sexo masculino parecem ter uma sensibilidade mais proeminente, quando comparado a estudantes de cursos de Exatas, por exemplo.

Há ainda o fato de que, cada vez mais, os pais estão optando por um tipo de educação que não fomenta a diferenciação entre homens (desenvolvimento da razão) e mulheres (da sensibilidade). Talvez todo o processo deflagrado com a *contracultura* e com o movimento feminista esteja dando os seus primeiros frutos, evidenciando que os homens e as mulheres podem manifestar e cultivar tanto a racionalidade quando a emoção.



5.3 Natureza dos valores priorizados e a idade

Como se nota na tabela 3, conforme aumenta a idade, ocorre o declínio em relação à opção por valores privados e ligados à glória. Contudo, a diferença não é significativa, a ponto de se lançar a hipótese da influência da idade na determinação da natureza dos valores optados.

Tabela 3. Natureza dos valores apresentados pelos universitários do 1º e no 5º ano do curso de Psicologia de uma universidade pública, em função da idade.

Natureza dos valores	Idade		
	17-20 anos	21-24 anos	25 (em diante)
Maioria de valores públicos	-	-	-
Maioria de valores privados	50 (65,8)	38 (56,7)	04 (80,0)
Maioria de valores ligados à glória	08 (10,5)	05 (7,5)	-
Maioria de valores públicos e privados	02 (2,6)	01 (1,5)	-
Maioria de valores públicos e ligados à glória	-	01 (1,5)	-
Maioria de valores privados e ligados à glória	12 (15,8)	08 (11,9)	-
A maioria não sabe / não tem opinião formada	02 (2,6)	06 (9,0)	-
Outros	02 (2,6)	08 (11,9)	01 (20,0)
Total	76 (100,0)	67 (100,0)	05 (100)

Não podemos, além disso, atribuir esse declínio, a um correspondente aumento da opção por “maioria dos valores públicos”, pois tanto os sujeitos com idade entre 17 e 20 anos e entre 21 e 24 anos não apresentaram respostas que pudessem ser incluídas nessa categoria. O que observamos foi o aumento, entre os sujeitos mais velhos, de respostas “não sei” e/ou “não tenho opinião formada”.

Esse dado, a nosso ver, vai de encontro a dois raciocínios opostos, presentes no senso comum, qual seja: o primeiro de que, com o aumento da idade cronológica, as pessoas tenderiam a apresentar condutas altruístas, e o outro – mais recente e contrário – de que, com este aumento, ocorreria certo declínio do idealismo (típico da adolescência) e, então, tais indivíduos tenderiam a apresentar condutas mais pragmáticas e voltadas à satisfação dos próprios interesses.

Cabe considerar, entretanto, que os sujeitos cronologicamente mais velhos por não estarem mais tão preocupados com problemáticas egóicas, tendem justamente a ter uma visão mais objetiva da conduta dos universitários. Logo, tal resultado seria um indicador de que eles próprios não comungam de tais valores.

Em outros termos, os sujeitos mais velhos até podem ter algum apreço pelos valores privados e ligados à glória. Eles podem, inclusive, até priorizá-los muito mais do que os públicos. Porém, acreditamos que eles



podem ter emitido tais respostas, por estarem conseguindo avaliar de modo mais “competente” a realidade, em particular as condutas dos estudantes universitários.

Da mesma forma, eles podem – exatamente por ser mostrarem mais aptos na análise da realidade – ter chegado à conclusão de que os valores atuais mais importantes e que devem ser priorizados são os privados, especialmente as formas de glória. Assim, o fato de os sujeitos mais velhos terem dados mais respostas ligadas a formas de glória indiciam três hipóteses: 1) são mais competentes na análise da realidade; 2) racionalmente acreditam que os universitários estão se pautando por valores privados e ligados à glória e 3) eles mesmos estão optando por tais valores, sobremaneira, premidos pela realidade que estão vivendo.

5.4 Natureza dos valores priorizados e o nível sócio-econômico

Quanto à natureza dos valores priorizados em função do nível sócio-econômico, também não observamos (tabela 4), discrepância quanto à natureza dos valores preferidos. Em outros termos, independentemente desse nível os estudantes optam por “maioria de valores privados” e “ligados à glória”.

Apesar disso, conforme os sujeitos apresentam um poder aquisitivo menor, tendem a fazer menos opção por valores privados. Entretanto, esse aspecto não significa aumento da inclinação para “a maioria de valores públicos”. Eles tendem a substituir por formas de glória e/ou não apresentam opinião a respeito.

Tabela 4. Natureza dos valores apresentados pelos universitários do 1º e no 5º ano do curso de Psicologia de uma universidade pública, em função da classe econômica.

Natureza dos valores	Classe econômica		
	A1/A2	B1/ B2	C/D
Maioria de valores públicos	-	-	
Maioria de valores privados	21 (75,0)	57 (70,4)	14 (70,0)
Maioria de valores ligados à glória	01 (3,6)	10 (12,3)	02 (10,0)
Maioria de valores públicos e privados	-	02 (2,5)	01 (5,0)
Maioria de valores públicos e ligados à glória	-	01 (1,2)	-
Maioria de valores privados e ligados à glória	06 (21,4)	11 (13,6)	03 (15,0)
Total	28 (100,0)	81 (100,0)	20 (100,0)

Esse resultado, de certa forma, foi o esperado, apesar de as diferenças não terem sido significativas. Os sujeitos de maior poder aquisitivo tendem a priorizar apenas valores mais de ordem pessoal. Já os sujeitos de renda menor – exatamente por não possuírem as condições econômicas desejáveis –, priorizam valores privados e ligados à glória. Eles procedem assim por acreditarem numa certa ideologia que enfatiza o esforço pessoal como única ou principal forma de se progredir social e financeiramente.



6. Considerações finais

Em resumo, o presente estudo mostra que os estudantes priorizam fundamentalmente valores de natureza privada e ligada à glória; não há discrepância em função do sexo; a maioria dos sujeitos, independentemente da idade, opta por valores privados, e, quanto à natureza dos valores priorizados em função do nível sócio-econômico, conforme o poder aquisitivo é menor, os sujeitos tendem a fazer opção por formas de glória, como prestígio econômico.

Acreditamos que tais resultados é produto de um *caldo de* cultura fomentado por fatores conjunturais e estruturais, como o processo de globalização, o desenvolvimento da mídia, o aumento da violência, do desemprego e o fato de os indivíduos terem passado a ser concebido como valor.

Para Bauman (1999), o processo de globalização é irreversível e influencia todas as áreas (econômica, social, cultural e psíquica), levando o homem a lidar com o tempo e com o espaço de maneira irracional. A impressão é a de que se acredita viver em liberdade, quando se vive em cubículos, trabalha-se de modo desumano para sobreviver e alimentar a fantasia consumista e é levado a conceber o outro como inimigo, prestes a furtar a posição desejada na corporação.

São, ainda, impulsionados ao *dever de felicidade*, compreendida como ter e manter-se saudável. E, para isso, só se concebe como via de concretização, o cultivo de valores pessoais.

Como aponta Bruckner (2002), o referido dever é uma espécie de droga coletiva que invadiu o mundo ocidental, com a intenção de fazer com que todos avaliem seus atos pela ótica do prazer. Dessa forma, “nossa época conta uma estranha fábula: a de uma sociedade dedicada ao hedonismo, para a qual tudo se torna irritação e suplício” (*idem*, p. 50).

Quando não se consegue atingir esse ideal, são propostas ações que visam o bem estar, como a meditação, o relaxamento, o consumismo, a atividade física e a realização de cirurgias plásticas. É por isso que o citado filósofo indaga: “O que aconteceu à nossa relação com a dor num mundo onde sexo e saúde se tornaram nossos déspotas?”

Ainda como consequência da *globalização*, a obtenção de informação nos dias atuais não demanda mais que as pessoas se locomovam, bastando que elas acessem a internet para tê-la à disposição. Esse aspecto acaba por causar impacto nos relacionamentos interpessoais e, em consequência, efeitos psíquicos diversos. Assim, os detentores dos meios de produção se tornam extraterritoriais, pois não necessitam sair do lugar para exercer seu poder e as pessoas vão, cada vez menos, deixando de frequentar espaços públicos e inviabilizando a possibilidade de encontro com o outro.

Outra decorrência, segundo o referido sociólogo, é que atualmente as pessoas estão construindo verdadeiros guetos, como os condomínios fechados. Elas acreditam que – ao pagarem pelo isolamento – se sentirão seguras e tranquilas. Subjacente a esse raciocínio, como afirma Sennett (2006), o que está em curso é a dificuldade e a intransigência quanto tudo aquilo que é concebido como diferente, além do ressentimento com os desconhecidos, a ponto de se defender o isolamento e o banimento de tais pessoas.

Nesses locais, o sentimento de pertencimento a um grupo é buscado na ilusão de igualdade e, como consequência, acabam evidenciando os “medos urbanos”. Cabe sublinhar que tal sentimento tem a finalidade de resolver e construir um lar harmônico, pois julgam que isso não ocorre por causa dos perigos produzidos pela sociedade urbana.

Outra maneira de “fugir” ou de se proteger do inimigo externo são os templos de consumo e de lazer. Esses lugares, além da proposta anunciada de consumo, acabam produzindo e fortalecendo os valores da sociedade em voga, ou seja, os privados (bem-estar e o estabelecimento de relações superficiais, como o vínculo amoroso do *ficar*) e os ligados à glória (beleza, status social e financeiro).



Nesse contexto, acrescentem-se as redes de TV e as revistas dedicadas a noticiar a vida das celebridades. O autor afirma que as pessoas só conseguem ver tais indivíduos, pois eles vão ao encontro das suas demandas, quais sejam: aparecem na televisão e mostram o seu mundo de glamour. Com isso, fazem com que os “normais” invejem o referido estilo de vida. Afinal, tais pessoas aparecem e parecem felizes, tranqüilas, bonitas, além de não trabalharem. Elas dão a impressão de que não são “deste mundo”, a ponto de o referido autor compará-las com os anjos do cristianismo. Afinal, são superiores e servem de exemplo para os inferiores sonharem, admirarem e continuarem a tê-las como modelos.

Além desse aspecto, a globalização leva à produção de outros efeitos.

No plano político e social, observamos um quadro de apatia política, de indiferença e de banalização da violência e da corrupção. Sob certos aspectos, os dados obtidos por nós, corroboram essa consequência, já que nenhum dos participantes entrevistados optou por valores que pudessem ser agrupados na categoria “maioria dos valores públicos”.

No plano econômico, praticamente os valores morais e éticos foram substituídos por valores afeitos ao *neoliberalismo*, cuja prioridade é ter dinheiro visando a obtenção de bens de consumo.

Esse modo de funcionamento tem alimentado o Estado a abster-se de questões morais e éticas ou a reduzi-las a lógica do mercado. Então, o único valor que passou a interessar é o de *ter*, sendo relegado o *ser* ao último plano. Atrevemo-nos a dizer, fundamentado em Debord (1997), que nem sequer a máxima hoje é a do *ter*, mas do *parecer ser*. Daí talvez se encontre uma explicação para o fato de os estudantes terem optado por valores privados e ligados à glória.

No plano científico, nota-se o declínio da idéia de que há verdades e da do conceito de razão. Esse aspecto acaba por contribuir para que os estudantes não priorizem valores públicos. Afinal, eles consideram tudo relativo e, qualquer proposta coletiva, é vista como autoritária. Daí resta-lhes apenas abrigar-se no espaço da esfera privada e cultivar, principalmente, valores que possam auxiliá-los a transitar como mais facilidade pelas diversas tribos; obtendo, assim, algum tipo de prazer.

No plano psicológico, observamos a predominância de condutas de hedonismo, de insatisfação permanente, de substituição da dor psíquica pela física, de busca da felicidade como obrigação e como sinônimo de saúde e de desempenho sexual. E isto sem se preocuparem com as consequências e os meios empregados para obtê-lo.

Quanto à insatisfação permanente, nota-se que os estudantes apresentam dificuldades em lidar com a noção de que é impossível a felicidade plena. Por causa disso, busca-se consumir exacerbadamente, acreditando-se que, com isso, se preencherá a referida falta.

Em relação à substituição da dor psíquica pela física, vê-se – cada vez mais – a prática de esportes e de determinadas condutas que visam, apenas, provocar dor, como ficar pendurado em ganchos. Subjacente a essa ação, depreende-se que os jovens estão procurando fugir do sofrimento decorrente do encontro com o outro, pois eles não suportam terem seus desejos frustrados. O caminho que, então, empregam é o de – na iminência da dor psíquica (a única capaz de levar ao desenvolvimento psíquico) – cultivar a dor corporal, a ponto de ela ser vista como algo prazeroso.

Por último, vê-se o *dever de felicidade*, que passou a ser vista como um imperativo. E a mais cruel das suas consequências, é a sua associação com a quantidade de relacionamento sexual e o cultivo da saúde. Com isso, hoje não se procura mais praticar a generosidade, a doçura e o respeito, mas o prazer a qualquer preço, compreendido como sinônimo de felicidade. Isso significa, entre outras coisas, ter um corpo belo – sinônimo, nos dias atuais, de um corpo hipertrofiado, *siliconizado* e bronzeado – e fazer uso de uma alimentação “politicamente correta”.

No plano educacional, encontramos o *puericentrismo*. A criança e o adolescente passaram a ser vistos como reis e, como tal, a ditarem as normas de condutas moral e ética. Entretanto, como elas podem ser



concebidas dessa forma, se tais valores precisam ser aprendidos e essa função cabe, ao menos num primeiro momento, aos pais?

Há ainda a fomentação do processo de *pedagogização* precoce. Pais angustiados em preparem os seus filhos para que consigam viver num mundo cada vez mais competitivo, praticamente estão obrigando as escolas a desenvolverem cada vez mais cedo atividades escolares formais, em detrimento das de socialização e de brincadeira.

Outra ilusão é a de que se é livre. Em oposição à sociedade tradicional, que levava e ainda leva à produção de uma identidade posicional, no mundo moderno se tem a idiossincrática. Com isso, o indivíduo passa a ser concebido como valor e, decorrentemente, a ser a medida de todos os aspectos.

Porém, se tal conquista, inicialmente, significou a libertação do homem do jugo de poderes extraterritoriais e, em decorrência, possibilitou que ele passasse a ser senhor de sua existência e tendo, dessa maneira, garantida a capacidade de opção amorosa, trabalhista e escolar, com o tempo, tal “liberdade” tornou-se seu próprio carcereiro. Sabe-se hoje que essa “liberdade” é uma ideologia. Desse modo, o sujeito não escolhe, mas é freqüente e obrigatoriamente escolhido.

Apesar disso, ainda há margem de escolha. E diante disso, os jovens se vêem perdidos e acabam por se negarem a escolher.

Outro dado que talvez corrobore o fato de os jovens viverem num estado de constante descontentamento, de mudança de opinião e de descrédito em relação a valores públicos, que – por sua natureza – demandam certa permanência no tempo, está naquilo que Maffesoli (2001) intitula de *nomadismo*. Para ele, embora a modernidade tenha no seu projeto a busca da permanência, “o homem sedentário deseja a existência dos nômades” (Adorno *apud*, *Idem*, 2001: 78).

Em outras palavras, o homem atual buscou – ao dominar a natureza – construir um mundo em que a igualdade, o conforto, o sedentarismo e a realização do projeto burguês fossem a meta. Acontece que a modernidade acabou por sufocar a verdade de que se necessita do diferente, até como forma de estabelecermos os nossos contornos, e esqueceu que desejamos ter uma vida errante.

Logo, como exigir que os estudantes de Psicologia tenham uma postura diferente – a de preocupar-se, sobremaneira com outro –, mesmo que seja, em tese, uma exigência do curso escolhido e até uma das razões para a sua opção? O que esperar dos futuros mandatários da nação – que, na sua maioria, terão formação de nível superior –, se o que prezam são valores referentes mais a si próprios do que aos outros?

Esse fato evidencia que as instituições de socialização estão se mostrando incapazes de estimular os sujeitos a construir valores que envolvem o outro. Ainda mais: indicam que elas não estão contribuindo para a produção de valores necessários a vivência num regime democrático, isto é, fundamentado no diálogo, na justiça, no respeito mútuo e na generosidade.

Os resultados da pesquisa mostram ainda que, se tais percentuais forem obtidos em outros grupos de estudantes de cursos diferentes, esse dado fornece subsídios a certa visão pessimista quanto ao futuro do país, pois os prováveis mandatários da nação continuarão preocupados somente com os interesses pessoais em detrimento dos públicos.

Evidenciam, também, o enaltecimento da ideologia do egoísmo, que, fruto do modo de produção capitalista, foi provavelmente exacerbado pelo processo de globalização econômico e, principalmente, cultural. Operado pela mídia, além de levar o indivíduo a ser visto como o próprio centro, esse processo acaba por produzir um novo modo de funcionamento mundial que, como se sabe, culmina na apologia do hedonismo, do consumismo desenfreado e da insatisfação permanente.



Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor W (1950), *The authoritarian personality*. New York: Harper and Row,
- BAUMAN, Zygmunt (1999), *Globalização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BRUCKNER, Pascal (2002), *A euforia perpétua*. Rio de Janeiro, Difel.
- DEBORD, Guy (1997), *A sociedade do espetáculo*, Rio de Janeiro: Contraponto.
- FLANAGAN, Owen (1991), *Psychologie morale et éthique*, Paris: Puf, 1996.
- FREITAG, Bárbara (1992), *Itinerários de Antígona*, Campinas, SP: Papyrus.
- HARKOT-LA-TAILLE, Elizabeth & LA TAILLE, Yves (2006), *Moral e ética*, Porto Alegre, Artmed.
- GILLIGAN, Carol (1993), *Uma voz diferente*, Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos.
- LA TAILLE, Yves de, Prefacio. PIAGET, Jean (1994), *O juízo moral na criança*. São Paulo, Summus, pp. 7-20.
- LA TAILLE, Yves de (1998), *As virtudes morais segundo as crianças*. São Paulo, USP.
- LA TAILLE, Y. de (2002), *Vergonha, a ferida moral*, Petrópolis, Vozes.
- LÉVY-BRUHL, Lucien. (1953), *La morale et la science des mœurs*, Paris, PUF.
- LIMA, Viviane. *A generosidade segundo sujeitos de 6, 9 e 12 anos* (2000), Mestrado em Psicologia Escolar, São Paulo, USP.
- LUZIO, Cristina Amélia (1989), *Encontros e desencontros com os mitos da Psicologia Clínica*, Mestrado em Psicologia Clínica, São Paulo, PUC.
- MAFFESOLI, Michel (2001), *Sobre o nomadismo*, Rio de Janeiro, Record.
- PIAGET, Jean, (1926/s.d.), *A representação do mundo na criança*, Rio de Janeiro, Record.
- PIAGET, Jean (1932), *Le jugement moral chez l'enfant*, Paris, PUF.
- PIAGET, Jean (1959), *Étude d'Épistemologie Génétique*, Paris, PUF.
- PIAGET, Jean (1973), *Estudos sociológicos*, Rio de Janeiro, Forense.
- PIAGET, Jean (1998), *Sobre a pedagogia*, São Paulo, Casa do Psicólogo.
- SENNETT, Richard (2006), *A cultura do novo capitalismo*, Rio de Janeiro, Record.
- SILVA, Nelson Pedro da (1994), *Entre o ideal e o real*, Mestrado em Psicologia da Educação, São Paulo, PUC.
- SILVA, Nelson Pedro da (2002a), *Entre o público e o privado*, Doutorado em Psicologia Escolar, São Paulo, USP.
- SILVA, Nelson Pedro (2002b), *Ética, indisciplina & violência nas escolas*, Petrópolis, Vozes.
- TAYLOR, Charles (1989), *As fontes do self*, São Paulo, Loyola.